



Número 141 - Outubro de 2014

**Transformações recentes no perfil do
docente das escolas estaduais e
municipais de educação básica**

DI ESE
DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE
ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

Transformações recentes no perfil do docente das escolas estaduais e municipais de educação básica

Uma análise a partir dos dados da Pnad

Esta Nota Técnica tem como objetivo analisar as modificações ocorridas nos últimos anos entre os docentes da educação básica nas redes estaduais e municipais do país.

Nas últimas décadas, o Brasil vivenciou a luta em defesa da educação como um fenômeno social de grande relevância, visto que o acesso à educação pública e gratuita é um dos direitos fundamentais dispostos na Constituição brasileira. O acesso universal à educação com qualidade, garantido pelo Estado, é considerado um dos principais mecanismos para democratizar e distribuir renda no país.

A experiência histórica mostra que os países que priorizaram o investimento em educação alcançaram padrão de desenvolvimento mais elevado. Essa luta, no Brasil, torna-se evidente principalmente quando se trata de questões ligadas à construção de um padrão de atendimento com qualidade nas redes públicas, que se dá através da oferta de infraestrutura adequada nas escolas, de gestão democrática e principalmente pela valorização dos educadores, por meio de condições de trabalho, de ingresso, carreira e remuneração e, não menos importante, com o cumprimento da carreira e da lei do piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica (Lei 11.738/2008), entre outros pontos.

A partir de microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), esta Nota mostra as alterações no perfil dos docentes, com recorte de 2002 a 2013. De início, foi selecionada uma amostra a partir das ocupações de professores que atuam na educação básica. Após aferir a dinâmica entre a rede pública e privada no período, o estudo deteve-se nos professores contratados por estados e municípios.

O número de professores na educação básica aumentou de 2,5 milhões para 3,3 milhões, entre 2002 e 2013, crescimento de 32,9%. Nos últimos anos, a velocidade da elevação foi intensificada, pois, até setembro de 2006, a variação era de 3,0%; de 2006 a 2013, o aumento foi de 28,8%.

A ampliação do número de professores coincide justamente com a implementação do Fundo da Educação Básica (Fundeb), que estendeu o financiamento para toda a educação básica. Certamente a criação do Fundo contribuiu para o aumento expressivo do número de professores.

Outro elemento de destaque é a progressiva municipalização do ensino na última década. Enquanto o número de professores na rede estadual cresceu em 8,1%, na rede municipal, o aumento foi de 60,3%,

passando de 969 mil para 1,5 milhão. O mecanismo de transferência de recursos por aluno matriculado criado inicialmente pelo Fundef (1996) para financiamento do ensino fundamental, e posteriormente ampliado para toda a educação básica com o Fundeb (2007), ampliou o atendimento da população em idade escolar pelas prefeituras, e conseqüentemente, a contratação de docentes.

O número de docentes na educação privada também cresceu. Passou de 655 mil para 829 mil, variação de 26,5%. No entanto, devido ao forte crescimento das redes municipais, a participação da educação privada caiu de 26,1% para 24,9% (Tabela 1).

TABELA 1
Professores¹ segundo setor e área de atuação
Brasil - 2002 - 2013

Ano	Privado		Público				Total
			Estadual		Municipal		
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
2002	655.947	26,1%	856.206	34,1%	969.099	38,6%	2.510.305
2006	650.514	25,1%	815.114	31,5%	1.086.396	41,9%	2.590.586
2011	799.226	25,7%	897.068	28,9%	1.370.317	44,1%	3.107.348
2013	829.736	24,9%	925.173	27,7%	1.553.312	46,5%	3.337.222

Fonte: IBGE. Pnad. Microdados. Anos de 2002, 2006, 2011 e 2013

Nota: (1) As ocupações selecionadas foram: 2311, 2312, 2313, 2321, 2330, 2391, 2392, 3311, 3312, 3313, 3321, 3322 e 3331

Obs.: Valores ponderados

A participação dos grupos raciais na população em geral¹ mostra-se ligeiramente diferente na docência. Entre 2002 e 2013, o grupo de professores negros teve aumento de 60,52% e foi de 692,5 mil professores, em 2002, para mais 1,1 milhão em 2013. O número de não negros (brancos, amarelos e indígenas) teve crescimento muito inferior se comparado ao dos negros. No mesmo período mencionado, aumentou 20,66%, quase três vezes menos.

¹A composição destes grupos na população em geral se mostra ligeiramente invertido. Em 2002, o grupo dos negros representava 46,06% da população. Enquanto que a população não negra representava quase 54%. Em 2013, a participação dos negros passou a quase 53%, um crescimento desse grupo no período de 33,5%. O grupo dos não-negros passou a ter uma participação de 47,08%, com um aumento de apenas 1,4% entre 2002 e 2013. Há que se ressaltar que este crescimento da participação dos negros, nos últimos anos, se deu por muitas pessoas deixarem de se declarar como sendo de outras etnias e passarem a se auto declarar como negras.

TABELA 2
Participação dos professores¹ das redes estaduais e municipais segundo raça/cor
Brasil - 2002 -2013

Ano	Negra	Participação (%)	Não-negro	Participação (%)
2002	692.511	37,94%	1.132.794	62,06%
2006	770.986	40,55%	1.130.498	59,45%
2011	1.013.476	44,70%	1.253.909	55,30%
2013	1.111.622	44,85%	1.366.863	55,15%

Fonte: IBGE. Pnad. Microdados. Anos de 2002, 2006, 2011 e 2013

Nota: (1) As ocupações selecionadas foram: 2311, 2312, 2313, 2321, 2330, 2391, 2392, 3311, 3312, 3313, 3321, 3322 e 3331

Obs.: Valores ponderados

O crescimento diferenciado dos dois grupos alterou o peso de cada um deles nas redes estaduais e municipais de educação. Em 2002, os professores não negros ficavam com 62,06% dos cargos no ensino público, enquanto os negros representavam quase 38%. Em 2013, a participação passou a ser mais equilibrada, com 44,85% dos professores negros e 55,15% não negros (Tabela 2).

Ainda com relação ao crescimento da população negra, na última década no Brasil, vale lembrar que este crescimento é consequência direta de alterações significativas na composição da sociedade brasileira ao longo dos anos. Estas mudanças já vinham ocorrendo e, de acordo com o último Censo do IBGE, a taxa de crescimento da população negra entre 2000 e 2010 foi de 2,5% ao ano, enquanto a branca aproximou-se de zero.

Um segundo elemento a ser considerado nesta análise são as políticas afirmativas dos governos com recorte na questão racial. A população passa a se reconhecer mais como negra, em função de uma valorização das condições étnicas e raciais. Outro ponto relevante são as ações dos movimentos sociais organizados que ganharam evidência nos últimos anos, obrigando o Estado a estabelecer outro tipo de relação com os grupos organizados e a sociedade, em geral. Os grupos sociais envolvidos na temática racial passaram a ser sujeitos envolvidos na formulação de políticas públicas específicas na questão racial, no âmbito da saúde e da educação, principalmente. Entre as iniciativas na educação destacam-se a criação da Lei 10.639/03, que instituiu a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira" na rede de ensino; a criação do Prouni (Programa Universidade Para Todos), em 2005; o apoio às ações afirmativas nas universidades públicas, como a política de cotas; além do Fies (Programa de Financiamento Estudantil), que já contemplava atendimento ao estudante, de modo geral, mas que, em meio ao debate racial, torna-se mais específico com critérios de raça e cor.

A profissão de docente é majoritariamente exercida por mulheres. A formação profissional em magistério ainda está arraigada socioculturalmente nos grupos femininos. Entre 2002 e 2013, houve crescimento de 64,41% no número de homens no magistério, mas a profissão de docente, no mesmo ano, era composta por 83,1% de mulheres.

TABELA 3
Professores¹ das redes estaduais e municipais segundo sexo
Brasil - 2002 - 2013

Ano	Sexo				Total
	Masculino		Feminino		
	Nº	%	Nº	%	
2002	254.575	13,9%	1.570.730	86,1%	1.825.305
2006	264.218	13,9%	1.637.292	86,1%	1.901.510
2011	367.175	16,2%	1.900.210	83,8%	2.267.385
2013	418.538	16,9%	2.059.947	83,1%	2.478.485

Fonte: IBGE. Pnad. Microdados. Anos de 2002, 2006, 2011 e 2013

Nota: (1) As ocupações selecionadas foram: 2311, 2312, 2313, 2321, 2330, 2391, 2392, 3311, 3312, 3313, 3321, 3322 e 3331

Obs.: Valores ponderados

No período em análise, ocorreu significativa alteração no perfil etário do docente. Em 2002, aqueles que ingressaram na carreira em cargos estatutários tinham, na grande maioria, até 35 anos de idade (76,6%), com destaque para os jovens com até 25 anos, que representavam 47% dos professores ingressantes.

Ainda em 2002, os ingressantes compõem a base da pirâmide etária destes profissionais, na qual 15,2% possuíam 25 anos ou menos, e outros 15,1% estavam entre 26 e 30 anos. Por outro lado, os professores acima de 46 anos representavam 20,3% da categoria, e a metade do contingente de professores encontrava-se entre 31 e 45 anos.

Os dados de setembro de 2013 apontam para duas mudanças no perfil etário do docente: a primeira é que ele entra na carreira mais tarde. Os ingressantes em cargos estatutários com até 25 anos representavam somente 21,5% do total, enquanto os que tinham até 35 anos permaneceram em patamar relativamente próximo ao de 2002 (71%). Em síntese, houve queda expressiva do contingente que ingressava com até 25 anos, porém a maioria continuou com idade inferior a 35 anos. A segunda alteração refere-se ao aumento da permanência do professor na carreira, com o número dos que têm mais de 40 anos passando de 637 mil (34,9%) para 1,1 milhão (46,1%).

TABELA 4
Professores¹ das redes estaduais e municipais segundo faixa etária
Brasil - 2002 -2013

Faixa Etária	Ano							
	2002		2006		2011		2013	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Até 25 anos	276.773	15,2%	202.904	10,7%	204.221	9,0%	232.061	9,4%
De 26 a 30 anos	275.583	15,1%	261.918	13,8%	278.305	12,3%	305.113	12,3%
De 31 a 35 anos	299.657	16,4%	301.424	15,9%	378.196	16,7%	408.493	16,5%
De 36 a 40 anos	336.266	18,4%	330.985	17,4%	383.598	16,9%	390.834	15,8%
De 41 a 45 anos	266.417	14,6%	313.537	16,5%	370.246	16,3%	402.247	16,2%
De 46 a 50 anos	187.771	10,3%	233.655	12,3%	310.402	13,7%	343.440	13,9%
Acima de 50 anos	182.838	10,0%	257.087	13,5%	342.417	15,1%	396.297	16,0%
Total	1.825.305	100,0%	1.901.510	100,0%	2.267.385	100,0%	2.478.485	100,0%

Fonte: IBGE. Pnad de 2002, 2006, 2011 e 2013

Nota: (1) As ocupações selecionadas foram: 2311, 2312, 2313, 2321, 2330, 2391, 2392, 3311, 3312, 3313, 3321, 3322 e 3331

Obs.: Valores ponderados

O aumento da idade média para ingresso na profissão de docente ocorreu devido à exigência, na Lei de Diretrizes Básicas da Educação Nacional (LDB), de que os professores se formassem em nível superior. Diante dessa mudança, houve redução de 49,98% dos professores com escolaridade até o ensino médio, que eram 572 mil, em 2002, e 286 mil, em 2013.

No que concerne ao professor com ensino superior completo (graduação e pós-graduação), houve crescimento de 74,51% - de 1,251 milhão (68,6%), em 2002, para 2,187 milhões (88,3%), em 2013. O número de professores que não possuem formação superior completa ainda é representativo, justificando a necessidade da meta 15 do Plano Nacional da Educação (PNE), que define prazo de um ano para implementação da política nacional de formação dos profissionais da educação, a qual assegura formação específica de nível superior para todos os professores.

Se, por um lado, o alcance da meta 15 não parece distante, por outro, o esforço para atingir a meta 16 - de formar 50% dos professores da educação básica em nível de pós-graduação - representa um desafio no qual não há superação sem a articulação sistemática dos entes federativos, pois mesmo com crescimento de 80,67% no número de professores com mestrado ou doutorado, a representatividade dos profissionais com tal titulação é de apenas 4,5%. Assim, se o contingente se mantiver estável nos próximos anos (o que não deve acontecer, pois o atendimento escolar ainda é deficitário na educação infantil e no ensino médio), haverá necessidade de formar em nível de pós-graduação praticamente um milhão de professores, quase 10 vezes o número atual.

TABELA 5
Número de professores¹ das redes estaduais e municipais
segundo curso mais elevado que frequentaram ou frequentavam
Brasil - 2002 - 2013

Ano	Curso mais elevado que frequentaram ou frequentavam						
	Ensino Médio ou inferior		Graduação		Mestrado ou Doutorado		Total
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
2002	572.443	31,4%	1.189.039	65,2%	62.161	3,4%	1.823.643
2006	398.703	21,0%	1.423.027	74,8%	79.780	4,2%	1.901.510
2011	300.879	13,3%	1.827.242	80,8%	132.492	5,9%	2.260.613
2013	286.318	11,6%	2.074.940	83,9%	112.309	4,5%	2.473.567

Fonte: IBGE. Pnad de 2002, 2006, 2011 e 2013

Nota: (1) As ocupações selecionadas foram: 2311, 2312, 2313, 2321, 2330, 2391, 2392, 3311, 3312, 3313, 3321, 3322 e 33312

Obs.: Valores ponderados

A oferta de cursos de pós-graduação ainda está longe de atingir a meta proposta, mas há forte disposição dos docentes para tal formação, mesmo com as dificuldades que fazem parte da carreira. Um fator que impulsiona a procura de cursos de pós-graduação pelos professores é que a massiva implementação e reformulação de planos de carreira na última década utilizou a titulação acadêmica como um dos critérios para evolução do profissional, como previsto no artigo 67 da LDB. Portanto, uma política nacional de formação bem estruturada e continuada pode reverter tal quadro.

Em relação aos planos de carreira, outro dado ganhou destaque no período recente: parte dos professores não é contemplada pelos planos de carreira devido ao vínculo temporário. Os profissionais são contratados por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal. Entretanto, determinadas redes de ensino atravessam seguidas gestões com altos índices de contratações temporárias. Na maioria dos contratos temporários, não há nem mesmo a garantia dos direitos previstos na CLT. Por meio dos dados da Pnad, é possível identificar que o percentual de professores com vínculos temporários foi superior a 20%, de 2002 a 2013. E enquanto a contratação de funcionários públicos estatutários cresceu 36,48%, os empregados sem carteira tiveram aumento de 46,72%. Portanto, se por um lado há um esforço para formação dos docentes, por outro, há precarização do vínculo de trabalho.

TABELA 6
Professores¹ das redes estaduais e municipais, segundo
posição na ocupação no trabalho principal
Brasil - 2002 - 2013

Ano	Posição na ocupação no trabalho principal						Total
	Empregado com carteira		Funcionário público estatutário		Outros Empregados sem carteira		
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
2002	244.251	13,4%	1.212.439	66,4%	368.615	20,2%	1.825.305
2006	228.652	12,0%	1.278.979	67,3%	393.879	20,7%	1.901.510
2011	291.159	12,8%	1.505.808	66,4%	470.418	20,7%	2.267.385
2013	283.801	11,5%	1.653.857	66,7%	540.827	21,8%	2.478.485

Fonte: IBGE. Pnad. Microdados de 2002, 2006, 2011 e 2013

Nota: (1) As ocupações selecionadas foram: 2311, 2312, 2313, 2321, 2330, 2391, 2392, 3311, 3312, 3313, 3321, 3322 e 3331

Obs.: Valores ponderados

Para garantir o acesso da população em idade escolar ao ensino, além do aumento do número de professores, houve elevação da jornada média dos docentes no trabalho principal.

Em 2002, os professores concentravam-se na faixa de 20 a 25 horas semanais (38,0%). Quatro anos depois, o percentual de professores nesta faixa cresceu para 39,1%, mas, neste período, a variação mais expressiva ocorreu na faixa de 36 a 40 horas, com queda de 35,2% para 31,9%. Destaca-se que a diminuição da jornada média não pode ser associada à redução do tempo dedicado ao mercado de trabalho, pois os dados da tabela referem-se à jornada semanal no trabalho principal, já que devido à precarização da carreira docente, parte significativa dos profissionais possui mais de um vínculo² de trabalho.

Entretanto, a tendência de redução da jornada de trabalho foi invertida recentemente. O número de docentes na faixa de 36 a 40 horas semanais, que representava 31,9% em 2006, passou para 38,7%, em 2011, e, em 2013, alcançou 41,3%. A fragmentação da jornada do docente entre escolas e/ou redes de ensino é um dos grandes problemas da organização do trabalho, fator que tem impacto direto na qualidade de ensino. O aumento da jornada de trabalho associado à redução do número de vínculos³, a implementação da jornada extraclasse, prevista na Lei 11.738/2008⁴, a dedicação do servidor na mesma escola e salários compatíveis com a função representam uma medida importante para qualificação do espaço escolar.

²Em 2002, 18,5% dos professores possuíam dois trabalhos remunerados e 1,4% três ou mais trabalhos remunerados.

³ O número de professores das redes estaduais e municipais com somente um vínculo foi de 84,1%, com dois vínculos de 14,9% e 1,0% para três ou mais vínculos.

⁴ A Lei 11.738/2008 dispõe sobre o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica e estabelece que um terço da jornada do docente seja no desempenho das atividades sem interação com os educandos.

Os dados da Pnad não apontam o motivo da ampliação da jornada de trabalho, o que pode ser derivado de situações expostas acima e também da falta de professores em determinada rede de ensino, ou ainda, pode estar relacionado à ampliação do atendimento em creches, que é caracterizado por jornadas docentes iguais ou superiores a 40 horas semanais.

TABELA 7
Professores¹ das redes estaduais e municipais, segundo
jornada de trabalho semanal no trabalho principal
Brasil - 2002 -2013

Jornada de Trabalho Semanal por faixas	Número e percentual de professores por período							
	2002		2006		2011		2013	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Menos de 20 horas	98.224	5,4%	125.463	6,6%	113.395	5,0%	144.649	5,8%
De 20 a 25 horas	693.454	38,0%	744.159	39,1%	747.044	32,9%	793.580	32,0%
De 26 a 30 horas	220.661	12,1%	229.198	12,1%	298.310	13,2%	297.702	12,0%
De 31 a 35 horas	47.512	2,6%	57.074	3,0%	58.090	2,6%	49.250	2,0%
De 36 a 40 horas	641.900	35,2%	606.218	31,9%	878.102	38,7%	1.022.975	41,3%
Acima de 40 horas	123.554	6,8%	139.398	7,3%	172.444	7,6%	170.329	6,9%
Total	1.825.305	100,0%	1.901.510	100,0%	2.267.385	100,0%	2.478.485	100,0%

Fonte: IBGE. Pnad. Microdados de 2002, 2006, 2011 e 2013

Nota: (1) As ocupações selecionadas foram: 2311, 2312, 2313, 2321, 2330, 2391, 2392, 3311, 3312, 3313, 3321, 3322 e 3331

Obs.: Valores ponderados

A informação do aumento da jornada média do docente é essencial para mensuração da variação do rendimento do professor, desta forma para verificar se houve crescimento real na remuneração do trabalhador por hora trabalhada, os rendimentos foram todos ajustados para uma jornada de trabalho semanal de 30 horas. Assim, o resultado será correspondente à variação do valor das horas trabalhadas, desconsiderando, para esta análise, o aumento decorrente da ampliação da jornada.

A remuneração⁵ média dos professores estaduais e municipais no trabalho principal cresceu 41,1% em termos reais, passando de R\$ 1.249,22 para R\$ 1.762,23. O crescimento real acima de 39% ocorreu em quatro regiões do país, exceto no Sudeste, onde apresentou aumento real de apenas 8,4%. A região Sudeste possuía o rendimento médio mais alto em 2002, mas foi ultrapassada pelos estados do Sul e do Centro-Oeste. O ritmo de crescimento foi mais intenso nos estados do Nordeste, onde a valorização real do rendimento do docente chegou a 77,6%. Depois, vêm o Centro-Oeste, com crescimento real de 53,9%, o

⁵ A tabela 7 evidencia o aumento da jornada média do professor, para aferir o crescimento do rendimento do docente no trabalho principal. De 2002 a 2013, todos os valores foram ajustados para uma jornada de trabalho semanal de 30 horas.

Sul (40,5%) e o Norte (39,4%). O ritmo de crescimento foi constante ao longo do período, tendo sido intensificado nos dois últimos anos.

O repasse da complementação da União ao Fundeb para os estados que possuem a menor relação *valor aluno ano* pode ser considerado como um dos fatores que contribuiu para o aumento do rendimento real dos professores nos estados do Nordeste e do Norte, uma vez que o crescimento escalonado de 2007 a 2010 dos aportes da União foram representativos nas redes municipais e estaduais enquadradas em tal critério.

Outro ponto é que a forte mobilização dos trabalhadores possibilitou reajustes salariais e a instituição de planos de carreira que asseguraram patamares mínimos de qualidade. Neste sentido, destacam-se a aprovação do piso salarial profissional nacional dos profissionais do magistério, em 2008, e o julgamento pelo Supremo Tribunal Federal da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIn) nº 4167, em abril de 2011. Após reconhecimento da constitucionalidade da lei do piso, foram deflagradas greves⁶ em todo o território nacional para assegurar a implementação efetiva da lei, o que explica parte do aumento do rendimento real dos últimos dois anos.

⁶ Entre 2011 e 2012 foram deflagradas 202 greves de professores das redes municipais e estaduais, conforme o Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG) do DIEESE.

TABELA 8
Rendimento real¹ dos professores² das redes estaduais e municipais no trabalho principal segundo região, jornada de trabalho semanal de 30 horas
Brasil - 2002 -2013

Em R\$

Anos	Brasil	Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
2002	1.249,22	1.210,27	877,82	1.612,00	1.299,84	1.504,72
2006	1.380,01	1.345,63	1.060,50	1.579,50	1.484,30	1.800,32
2009	1.486,08	1.496,00	1.171,99	1.550,52	1.609,83	1.926,30
2011	1.579,51	1.505,21	1.268,66	1.701,35	1.616,62	2.043,56
2013	1.762,23	1.687,03	1.559,26	1.747,61	1.825,84	2.316,51
Varição real (%) do rendimento	41,1%	39,4%	77,6%	8,4%	40,5%	53,9%

Fonte: IBGE. Pnad. Microdados de 2006, 2011 e 2013

Nota: (1) Valores a preços de setembro de 2013 pelo INPC-IBGE; (2) As ocupações selecionadas foram: 2311, 2312, 2313, 2321, 2330, 2391, 2392, 3311, 3312, 3313, 3321, 3322 e 3331

Obs.: Valores sem ponderação

O aumento real do rendimento do docente neste período reconfigura também a importância dos rendimentos deste trabalhador na renda familiar. Em 2002, o rendimento do professor no trabalho principal correspondia a 35% da renda familiar de casais sem filhos e, quando computados outros rendimentos deste profissional (como outros trabalhos e outras fontes de renda), o resultado representava 43%. A participação do rendimento como professora para mães com filhos menores de 14 anos era de 69% da renda familiar.

Em 2013, permanecia a necessidade de o professor obter acréscimo da renda por meio de outros trabalhos ou outras fontes, contudo a participação da renda do trabalho principal cresceu em ambos os casos. Para os casais sem filhos a renda como docente chegou a representar 40% (contra 35%, anteriormente) e para as mães com filhos menores de 14 anos a renda correspondeu a 76%, diante dos 69% atingidos anteriormente.

TABELA 9

Participação do rendimento dos professores¹ das redes municipais e estaduais, do trabalho principal e do rendimento mensal de todas as fontes em relação ao rendimento mensal familiar, por tipo de família Brasil - 2002 - 2013

Tipos de Família	Participação do rendimento na Renda Familiar	Ano			
		2002	2006	2011	2013
Casal sem filhos	Rendimento do trabalho principal	35%	40%	40%	40%
	Todos os rendimentos	43%	50%	48%	48%
Mãe com todos os filhos menores de 14 anos	Rendimento do trabalho principal	69%	70%	71%	76%
	Todos os rendimentos	91%	88%	88%	92%

Fonte: Microdados da PNAD de 2002, 2006, 2011 e 2013

Nota: (1) As ocupações selecionadas foram: 2311, 2312, 2313, 2321, 2330, 2391, 2392, 3311, 3312, 3313, 3321, 3322 e 3331

Obs.: 2. Valores sem ponderação

Ainda assim, o aumento real conquistado não foi suficiente para equiparar o rendimento do professor ao dos demais profissionais com ensino superior completo. A remuneração do professor permanece em desvantagem em relação às demais carreiras e, para reverter a desvalorização, será necessário manter uma política salarial que garanta ganhos reais aos servidores.

Para isso, o Plano Nacional de Educação estabeleceu uma política de valorização para que o rendimento médio dos profissionais do magistério das redes públicas de educação básica seja equivalente ao dos demais profissionais com escolaridade equivalente no prazo de seis anos. Em 2013, o rendimento médio⁷ do professor da educação básica na rede pública com ensino superior completo foi de R\$ 2.580,22. Nas escolas estaduais, o rendimento médio era de R\$ 2.869,29, enquanto nas redes municipais, ficavam em R\$ 2.342,58. Em contrapartida o rendimento médio dos demais profissionais com ensino superior completo foi de R\$ 4.306,68, assim, em âmbito nacional o rendimento médio do docente necessita de um reajuste médio que varia de 50,1% a 83,8%, para equiparar ao rendimento médio dos demais profissionais, conforme a rede de ensino.

Ao analisar o resultado por região, verifica-se que os rendimentos médios nas redes municipais estão próximos à média nacional. O percentual necessário de aumento dos rendimentos da região Sul seria da ordem 65,7%, enquanto o maior aumento ocorreria na região Centro-Oeste (99,2%). Já nas redes estaduais, o rendimento apresenta maiores variações, pois enquanto no Centro-Oeste a variação necessária seria de 27,2%, nas redes estaduais do Sudeste, o aumento necessário seria de 74,7%.

⁷ O rendimento médio foi ajustado para uma jornada semanal de 40 horas semanais para efeito de comparação.

TABELA 10

**Rendimento no trabalho principal dos professores¹ das redes estaduais e municipais com ensino superior completo, em relação ao rendimento médio no trabalho principal dos demais profissionais com escolaridade equivalente, jornada de 40 horas semanais.
Brasil e Regiões - 2013**

Regiões	Rendimento médio dos professores		Rendimento médio dos demais profissionais	Variação necessária para equiparar a remuneração docente a dos demais profissionais	
	Rede Estaduais	Redes Municipais		Rede Estaduais	Redes Municipais
		2.342,58			
Brasil	2.869,29		4.306,68	50,1%	83,8%
Norte					
Nordeste	2.877,71	2.122,89	3.475,09	20,8%	63,7%
Sudeste	2.560,96	2.211,66	3.730,18	45,7%	68,7%
Sul	2.516,31	2.465,12	4.220,14	67,7%	71,2%
Centro-Oeste	2.803,43	2.508,47	3.991,74	42,4%	59,1%
	3.951,17	2.522,60	4.849,14	22,7%	92,2%

Fonte: IBGE. Pnad. Microdados de 2002, 2006, 2011 e 2013

Nota: (1) As ocupações selecionadas foram: 2311, 2312, 2313, 2321, 2330, 2391, 2392, 3311, 3312, 3313, 3321, 3322 e 3331

Obs.: (2) Valores sem ponderação

Os dados da Pnad apontam transformações importantes na carreira docente, como a ampliação da representatividade dos professores negros, a elevação considerável da escolaridade com o consequente aumento da faixa etária de ingresso e, ainda, a constatação do aumento da permanência do professor na carreira. A predominância da mulher atuando na educação continua nas escolas, embora tenha havido o aumento do número de homens, mesmo que de modo residual.

A contratação de professores temporários permaneceu intocada neste período, avançando o número de contratações precárias. Já a elevação da jornada de trabalho permanece como uma incógnita: ocorreu devido aos baixos salários e da falta de professores ou decorrente da reorganização do tempo de trabalho na escola? É uma questão que aponta para estudos posteriores nesta área, devido à importância da jornada para a qualidade do ensino e para a qualidade de vida do docente.

Já o rendimento médio dos docentes cresceu expressivamente nos estados do Nordeste e do Centro-Oeste, acompanhado de perto pelo das regiões Sul e Norte. Os ganhos reais dos últimos 11 anos demonstram que uma política progressiva de valorização do magistério pode ser alcançada com investimento em carreira, salário e formação. A exceção aconteceu apenas nos estados do Sudeste, nos quais o rendimento real foi muito abaixo daquele das outras regiões. Por isso, as redes estaduais desta região estão mais



Nota Técnica

distantes de alcançar a meta de equiparar o rendimento médio do docente ao dos demais profissionais com ensino superior completo.

Por fim, nota-se que a política de municipalização do ensino gerou os salários mais baixos em todo o país, o que evidencia a necessidade de articulação de todos os entes em um sistema nacional de educação.



Rua Aurora, 957 – 1º andar
CEP 05001-900 São Paulo, SP
Telefone (11) 3874-5366 / fax (11) 3874-5394
E-mail: en@dieese.org.br
www.dieese.org.br banco

Presidente: Antônio de Sousa - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região - SP
Vice Presidente: Alberto Soares da Silva - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de Campinas - SP
Secretária Executiva: Zenaide Honório APEOESP - Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo - SP
Diretor Executivo: Alceu Luiz dos Santos - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas de Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande Curitiba - PR
Diretor Executivo: Josinaldo José de Barros - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos Arujá Mairiporã e Santa Isabel - SP
Diretor Executivo: José Carlos Souza - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo - SP
Diretor Executivo: Luís Carlos de Oliveira - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo Mogi das Cruzes e Região - SP
Diretora Executiva: Mara Luzia Feltes - Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramentos Perícias Informações Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul - RS
Diretora Executiva: Maria das Graças de Oliveira - Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Pernambuco - PE
Diretora Executiva: Marta Soares dos Santos - Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo Osasco e Região - SP
Diretor Executivo: Paulo de Tarso Guedes de Brito Costa - Sindicato dos Eletricitários da Bahia - BA
Diretor Executivo: Roberto Alves da Silva - Federação dos Trabalhadores em Serviços de Asseio e Conservação Ambiental Urbana e Áreas Verdes do Estado de São Paulo - SP
Diretor Executivo: Ângelo Máximo de Oliveira Pinho - Sindicato dos Metalúrgicos do ABC - SP

Direção Técnica

Diretor técnico: Clemente Ganz Lúcio
Coordenadora executiva: Patrícia Pelatieri
Coordenadora administrativa e financeira: Rosana de Freitas
Coordenador de educação: Nelson de Chueri Karam
Coordenador de relações sindicais: José Silvestre Prado de Oliveira
Coordenador de atendimento técnico sindical: Airton Santos
Coordenadora de estudos e desenvolvimento: Angela Maria Schwengber

Equipe responsável

Carla Borges Ferreira
Diego Severino Rossi de Oliveira
Liliane Maria Barbosa da Silva Resende
Rogério Machado Limonti
Rosilene de Sousa Cruz
Thiago Roberto Souza Soares